

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Uma história de carvão e vento	2
Título: Eletrobras vende distribuidoras e elimina R\$ 2,8 bi em dívidas	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: PASSA A DÍVIDA.....	5
Título: Eletrobras vende três distribuidoras no Norte	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: #Privatizadão: do meme à realidade.....	7
Título: » Crise de identidade.	9
Título: Exportação de aço para EUA pode aumentar.....	9
Título: Notas	10
Título: Eletrobras vende três distribuidoras do Norte do País em leilão sem disputa	11
Título: Leilão previsto para hoje é suspenso.....	12
Título: Planalto celebra com festa e bolo.....	12
Título: ‘Novata’ pode disputar estatal do Amazonas.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Eletrobras vende três.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	15
Título: Preço do diesel na refinaria sobe hoje, e mercado estima alta de 10% a 13%	15
Título: Aneel vê risco elevado de atraso em novas usinas.....	17
Título: Eletrobras tem êxito em venda de distribuidoras	18
Título: Renegociação de Santo Antônio deve prosseguir	20
Título: Avança negociação entre Aliança e Renova	22

Título: Petróleo contorna dólar forte e sobe no mês	22
Título: Curtas	24
Título: Equinor projeta quintuplicar a produção no Brasil até 2030.....	25
Título: Usina Rio Pardo obtém na Justiça proteção contra execução de dívida	26

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Flávia Oliveira

Título: Uma história de carvão e vento

A geração de energia eólica no Nordeste brasileiro bateu recorde na manhã do domingo, 19 de agosto. O pico de 8.247 megawatts (MW) foi suficiente para suprir 98% da demanda da região. O consumo no fim de semana, é verdade, sempre diminui em relação aos dias úteis. Ainda assim, o Operador Nacional do Sistema (ONS) festejou a marca histórica, a segunda no intervalo de um mês. Sinal de que a eletricidade produzida pelos ventos chegou ao Brasil para ficar. Em 2017, os 508 parques representavam 8,1% da matriz energética nacional, uma fração das hidrelétricas (60,4%), mas quase empatados com o gás natural (8,5%), segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica. A notícia me alcançou às vésperas do embarque para duas semanas de (relativas) férias na Alemanha. O país, no ano passado, bateu recorde de geração por fontes renováveis. Hoje, 35% do consumo vêm de parques eólico, solar, hídrico e biomassa. Nas autoestradas alemãs, agente se depara com campos de aerogeradores com a mesma frequência de quem circula por Rio Grande do Norte, Bahia ou Ceará, os três estados líderes no setor.

Não foi sempre assim no gigante europeu, o que provoca um misto de alento e esperança a quem se acostumou a desacreditar do Brasil. Na rodovia que leva de Colônia a Mönchengladbach, chama atenção a sucessão de cataventos gigantes em contraste com a fumaceira expelida por um complexo industrial não tão distante. Passávamos por Garzweiler, denunciou o GPS. A localidade remete às idas e vindas do que, em diferentes épocas, a Alemanha chamou de progresso. O parque eólico foi instalado em área desativada de uma mina a céu aberto de linhito, tipo de carvão mineral altamente poluente usado em termelétricas.

Parecia ser a substituição óbvia—e desejável —de uma fonte de energia suja por outra renovável. Mas a saga data do século XIX, ensinou Thomas Milz, jornalista alemão radicado no Brasil. Quinze aldeias já foram removidas para dar lugar à mineração; hoje, cinco seguem sob ameaça. Nos anos 1980, a cidade de Garzweiler foi transferida de território, nos moldes do que, para ficar num exemplo, a ditadura militar brasileira fez com os municípios baianos de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado para instalar a barragem de Sobradinho e formar o lago artificial para aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco. Rendeu até música de Sá e Guarabyra com refrão inesquecível: “O sertão vai virar mar/ Dá no coração/ O medo que algum dia/ O mar também vire sertão”.

Na Alemanha, há tensão permanente entre governos interessados na autossuficiência energética; setor privado em investimento e rentabilidade; ambientalistas em sustentabilidade; moradores na defesa de identidade e tradição. Desde o acidente com a usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2011, o país vem estimulando as fontes renováveis. O problema é abrir mão da matriz danosa, porém segura. Em Garzweiler, as reservas de linhito se esgotaram no lado leste. O terreno saturado abriga a usina eólica com 21 turbinas capazes de abastecer 58 mil famílias. A empresa responsável entrou com 51% dos 110 milhões de euros investidos; o município, com 49%. Há projetos de parques, lago, ciclovias e áreas esportivas para a população, além de espaços para atrair empresas inovadoras, à moda Vale do Silício, na Califórnia.

No sentido oeste, a mineração avança. Nenhum líder quer o ônus de suspender a extração do mineral, tido como recurso energético estratégico no caso, por exemplo, de tensões diplomáticas ameaçarem as importações do gás natural da Rússia. À espreita também estão 20 mil empregos. O complexo do linhito custa à Alemanha 28 bilhões de euros por ano, entre subsídios e custo ambiental. De

quebra, há risco de o país não cumprir a meta ambiciosa de redução nas emissões de CO₂. Uma comissão do governo está encarregada de um plano para abandonar de vez a fonte suja. As previsões otimistas são de que até 2030 o país continuará dependente do braunkohle, que em alemão significa carvão marrom. A planta 2 de Garzweiler está prevista para operar até 2045.

A queda de braço é prova de que nem só mocinhos estrelam as histórias de nações admiradas. E sempre há tempo de melhorar o que parecia perdido. Questão de energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Roberta Scrivano e Manoel Ventura

Título: Eletrobras vende distribuidoras e elimina R\$ 2,8 bi em dívidas

Novos donos assumem débitos de empresas na Região Norte e compromisso de investir R\$ 2,1 bi em 5 anos. Leilão dá alívio à estatal e evita impacto na tarifa

SÃO PAULO E BRASÍLIA- A Eletrobras conseguiu vender ontem três de suas distribuidoras de eletricidade da Região Norte, que, juntas, acumulam uma dívida de R\$ 2,8 bilhões. O grupo Energisa comprou as empresas do Acre e de Rondônia. O Grupo Oliveira arrematou a unidade de Roraima.

A realização do leilão representou um alívio para o governo, para a estatal e, em alguma medida, para todos os consumidores de energia do país. A Eletrobras tenta vender seis distribuidoras do Norte e Nordeste desde 2016. Se o processo não for concluído este ano, as remanescentes serão liquidadas, gerando um custo de R\$23 bilhões para pagar as dívidas e os trabalhadores.

Além disso, o governo teria de encontrar uma alternativa para manter o fornecimento de energia para mais de 13,3 milhões de moradores. A despesa terminaria dividida nas contas de luz.

VALOR SIMBÓLICO

Além das três vendidas ontem, o governo já conseguiu privatizar a distribuidora do Piauí e marcou para setembro o leilão da empresa do Amazonas. Falta a de Alagoas, cuja venda foi suspensa pelo STF.

O valor da venda das três distribuidoras ontem foi simbólico: R\$ 45,5 mil para cada uma. Para levar a Eletroacre, a Energisa se comprometeu a reduzir a conta

de luz em 3,27%. No caso da Ceron, de Rondônia, o desconto será de 1,75%. Em Roraima, não haverá corte na tarifa. Em todos os casos, entretanto, os novos controladores assumem as dívidas das empresas e se comprometem a investir, no total, R\$ 668 milhões em até 60 dias e R\$ 1,5 bilhão em cinco anos.

— Estatal tem dificuldade de ser eficiente, não pode mandar gente embora. O principal agora é a capacidade de investir, coisa que a Eletrobras não tinha — disse Wilson Ferreira Jr., presidente da estatal.

Apesar das dívidas da Boa Vista Energia, de Roraima, o Grupo Oliveira decidiu comprá-la porque detém 90% da geração de energia no estado. O estado não faz parte do sistema interligado nacional e importa parte da energia da Venezuela.

— Somos conhecedores da região. Fomos escolhidos por Deus, não só pela (nossa) oferta — comemorou Orsine Oliveira, presidente do grupo.

No caso da Energisa, que já detinha nove concessões de distribuição de luz no país, a compra das duas novas unidades faz parte da estratégia de obter ganhos de sinergia com os outros ativos, informou a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção:

Autor: Maria Cristina Frias

Título: PASSA A DÍVIDA

Mercado Aberto

A privatização de três distribuidoras elétricas que pertenciam à Eletrobras deverá aliviar a dívida do setor de um passivo de R\$ 3 bilhões, nos cálculos da Abrace (associação dos grandes consumidores de energia).

A Energisa comprou a Eletroacre e a Ceron, de Rondônia. A Oliveira Energia levou a Boa Vista, de Roraima, nesta quinta-feira (30).

"Juntas, elas tinham dívidas de R\$ 3 bilhões que seriam repassadas a uma conta financiada por todos os consumidores tarifados", afirma Edvaldo Santana, presidente da entidade.

As empresas operavam no vermelho, e a tendência era de um aumento do endividamento, segundo Cláudio Salles, do Instituto Acende Brasil.

A venda da Amazonas Energia depende de uma aprovação no Senado. A justiça deu uma liminar que impede a privatização da Ceai, de Alagoas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Eletrobras vende três distribuidoras no Norte

São Paulo- A Eletrobras conseguiu vender três de suas distribuidoras nesta quinta-feira (30), em um leilão realizado na sede da B3, em São Paulo.

Em disputas sem competição, a Energisa levou duas das empresas: a Eletroacre (AC) e a Ceron (RO). A companhia ofereceu descontos na conta de luz dos estados de 3,27% e 1,75%, respectivamente.

A terceira distribuidora, a Boa Vista Energia, de Roraima, foi vendida para a Oliveira Energia, empresa do Amazonas que trabalha com geração de sistemas isolados (geração termelétrica). A empresa venceu pelo lance mínimo e não ofereceu desconto na tarifa.

O preço de venda foi de R\$ 50 mil por empresa — valor simbólico pago à Eletrobras.

Os vencedores serão obrigados a investir, juntas, R\$ 668 milhões logo nos primeiros meses de operação. Outro R\$ 1,5 bilhão terá de ser aplicado nos próximos cinco anos.

O resultado foi comemorado pelo governo e pela Eletrobras — que, com a venda, vai transferir um passivo de R\$ 3,1 bilhões, referentes a dívidas que vencem no curto prazo.

A Energisa, controlada pela família Botelho, já possui 13 distribuidoras, que atuam em nove estados do país.

"Todas as oportunidades que tivermos de sinergia, vamos usar. Estamos colados na fronteira do Mato Grosso. Também vamos tentar sinergia entre Acre e Rondônia. A ideia era fazer um combo", disse Ricardo Botelho, diretor-presidente da empresa.

A Eletrobras ainda tenta vender outras duas distribuidoras: a Amazonas Energia, cujo leilão foi marcado para 26 de setembro, e a Ceai, de Alagoas, cuja venda está travada por uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os leilões fazem parte de uma reestruturação financeira da estatal, que já havia se desfeito de duas distribuidoras no passado. A Celg-D, de Goiás, foi vendida à italiana Enel em 2016, e a Cepisa, do Piauí, foi arrematada pela Equatorial em julho deste ano.

"Fomos escolhidos por Deus", diz presidente da Oliveira

Após a vitoriano leilão, o presidente do grupo Oliveira, Orsine Oliveira, afirmou que eles foram escolhidos por Deus.

"Trabalhamos longamente no projeto, somos conhecedores da região. Fomos escolhidos por Deus. Nós somos crentes de Deus, nossa missão é levar qualidade de energia para o povo de Roraima", disse.

Questionado sobre a inexperiência da empresa no segmento de distribuição (já que a empresa hoje atua principalmente com geração), Oliveira afirma que "distribuição não é coisa de outro mundo" e que vão "aprender bem rápido".

Os recursos para os investimentos iniciais virão do próprio caixa do grupo, diz ele.

A empresa, amazonense, já atua em Roraima e responde por 80% das usinas térmicas da capital Boa Vista.

O estado, único do país que não está ligado ao sistema nacional, depende em grande parte da energia vinda da Venezuela, o que tem gerado risco ao abastecimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: #Privatizado: do meme à realidade

Eu uso a hashtag #privatizado nas redes sociais. Começou como meme e foi ficando cada vez mais popular. É importante como ideia força. Mas a grande maioria que o usa não tem ideia da complexidade de se colocar em prática um programa radical de privatização. Muita gente imagina que basta um desejo político do governo. De fato, esta é uma condição necessária, mas não suficiente. Uma coisa é certa. Privatizar leva tempo. Não é possível usar a venda de ativos como bala de prata político-eleitoral. Se essa for a principal arma para enfrentar a crise fiscal, pode-se terminar pior do que começou. A privatização ampla exige mudanças legais. Banco do Brasil, Caixa e Petrobrás, assim como a

Eletrobras, têm a venda do controle proibida por lei e dependem do Congresso Nacional. Evidente que a firmeza do Executivo ajuda. Ontem, mais três distribuidoras da Eletrobras foram vendidas, apesar de toda a resistência política. Com isso, o número de estatais que era de 154 em 2015 passa para 140, consequência não só de privatizações, mas de fusões de empresas que atuavam na mesma atividade e liquidação das inviáveis ou desnecessárias.

É preciso muita cautela com as previsões de arrecadação. Organizando por áreas de atuação o quadro fica mais claro e ajuda na avaliação. No sistema Petrobrás são 37 empresas; na Eletrobras mais 35. Vendendo o controle das duas empresas de energia cairia à metade o número de estatais. O Sistema Financeiro – incluídos Banco do Brasil, Caixa e BNDES – é composto por 25 instituições. Sem incluir esses setores a privatização não tem impacto fiscal. Segue-se um grupo de empresas cuja privatização já passou da hora, como Telebrás, além de conjunto diversificado de outras estatais, muitas sem capacidade de sobrevivência sem os aportes permanentes do Tesouro. Algumas são justificáveis, como Embrapa. Outras dependem do fim do monopólio estatal estabelecido pela Constituição, caso da Nuclep. Mas a maioria, não. Há várias estatais que são invendáveis porque não valem nada, como Ceitec e Valec. Nesse caso, só resta fechar e pelo menos estancar o prejuízo. As empresas estatais de capital aberto têm, somadas, valor de mercado perto de R\$ 480 bilhões, sendo que a fatia da União no capital é bem menor.

Digamos, numa previsão otimista, que essa participação seja de R\$ 300 bilhões. Com muito boa vontade vamos considerar uma valorização de 100% com o simples anúncio da privatização e chegaríamos a R\$ 600 bilhões. Petrobrás e Banco do Brasil respondem por 60% do total. A maioria dos candidatos não cogita vendê-las. Sem elas, seriam pouco mais de R\$ 200 bilhões. Há também quem faça contas de forma mais pessimista: um feirão das estatais derrubaria os preços dos ativos, ao invés de valorizar. Avaliar empresas de capital fechado é ainda mais difícil. Correios, por exemplo, tem valor patrimonial positivo no balanço, mas provavelmente valor presente negativo, dado o potencial passivo trabalhista. Em muitos casos o que importa é o fim da sangria de recursos públicos, e não quanto seria arrecadado. Nos casos de fusão, há redução de estatais, mas nenhum recurso será gerado. Tudo somado não dá trilhão.

A desestatização deve buscar o equilíbrio entre maximização do valor arrecadado e o aumento da eficiência na oferta de produtos e serviços. A forma de venda depende do peso que se dá a cada um desses objetivos e o impacto fiscal no curto prazo idem. Vejamos o caso da Petrobrás. A venda do controle numa simples operação de mercado seria o caminho mais rápido, mas apenas transferiria monopólio público para o privado. A forma de venda também define a destinação dos recursos. Se o objetivo for gerar recursos para a União, subsidiárias devem ser separadas da holding, o que exige a cisão de ativos, que

gera outros desdobramentos legais, como direito dos minoritários e a necessidade de lei autorizando a criação de novas estatais. Para evitar essas complicações, o plano de desinvestimento da empresa optou pela venda direta das subsidiárias, mas, nesse caso, os recursos vão para a empresa e não para a União. Por fim, todos os processos devem ser aprovados pelo TCU antes da publicação do edital de venda. As dificuldades são imensas, mas não intransponíveis. Privatizar é coisa séria, não combina com bravata eleitoral. E sim, eu, por mim, privatizava tudo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Crise de identidade.

Coluna do Estadão

Das 25 ações para impedir a venda de três distribuidoras da Eletrobras que a AGU derrubou até ontem, uma chamou a atenção. O Diretório do PSDB em Rondônia tentou barrar o leilão da Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia).

COM NAIRA TRINDADE E JULIANA BRAGA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Exportação de aço para EUA pode aumentar

Siderúrgicas esperam ampliar vendas após decisão americana de flexibilizar cotas

O setor siderúrgico brasileiro acredita que poderá ampliar as exportações para os EUA com a decisão do presidente americano, Donald Trump, de flexibilizar as restrições impostas à compra de aço e alumínio. Em março, o governo estabeleceu uma cota para que a importação desses produtos fosse feita sem sobretaxa. Agora, uma medida da Casa Branca, permite que essa cota seja estendida, para evitar falta de matéria-prima. As ações de siderúrgicas brasileiras chegaram a subir, ontem, no início do pregão, mas fecharam o dia com queda. Ainda há dúvidas por parte dos representantes do setor se esse volume adicional de exportação será sobretaxado ou não. O presidente

executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que há detalhes que precisam ser esclarecidos.

“Não está claro se vai haver uma tarifação do limite extra cota”, afirmou. Antes do anúncio da decisão de flexibilização, o Brasil só poderia exportar a cota e não exceder esse volume. Para o aço semiacabado, a cota é de 3,5 milhões de toneladas por ano. O volume não poderia ser ultrapassado nem com a sobretaxa. “Agora estamos analisando as condições nas quais essas exportações serão realizadas: com ou sem sobretaxa.” Lopes contou que está em tratativas com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, para que o governo brasileiro marque um encontro com o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, para esclarecer essas questões.

“A medida é positiva, porque antes as exportações estavam limitadas, mas não é possível avaliar quanto vão aumentar as exportações de aço.” José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), faz uma avaliação semelhante à do presidente do Instituto Aço Brasil. “A medida, como princípio, é benéfica, porque abre a possibilidade de exportar mais aço. Antes não havia essa perspectiva, pois a cota era o limite.” No entanto, ele também condiciona o impacto positivo nas exportações à incidência ou não de sobretaxa aos volumes que excederem a cota.

Um ponto positivo para as exportações de aço brasileiro destacado pelo presidente da AEB é que, como a economia americana está crescendo muito rapidamente e demandando muitos insumos, há perspectiva de ter um aumento razoável nas importações de aço. Trump. Para Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da Barral M Jorge Consultores, a decisão de flexibilizar as cotas tomada pelo governo americano mostrou que “o comércio exterior é muito mais complexo do que imagina a vã filosofia Trump”, numa referência à postura do presidente de fomentar a guerra comercial. “A decisão mais acertada seria nem ter começado isso (estipular cotas)”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Notas

Geração de energia solar e eólica tem novo recorde

O Operador Nacional do Sistema (ONS) informou que a geração de energia eólica e solar na Região Nordeste bateu novo recorde ontem. A energia solar registrou recorde de geração instantânea ao atingir um pico de 675 megawatts

(MWp) às 12h11. O fator de capacidade chegou a 86% naquele momento, informou o ONS. Já a energia eólica bateu recorde de geração média diária, ao produzir 7.137 MW, com um fator de capacidade de 71%, ante uma média mundial de 25%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Luciana Collet Fernanda Guimarães

Título: Eletrobras vende três distribuidoras do Norte do País em leilão sem disputa

Privatização. Energisa, que levou empresas do Acre e de Rondônia, e Oliveira Energia, que ficou com a de Roraima, foram as únicas a fazer propostas pelas áreas adquiridas; acordos incluem compromisso de investimento de R\$ 1,5 bi e redução de até 3,27% nas tarifas

A mineira Energisa e a amazonense Oliveira Energia arremataram ontem três distribuidoras da Eletrobras localizadas no Norte do Brasil. Juntas, as duas empresas terão de fazer investimentos de R\$ 1,5 bilhão nos próximos cinco anos, sendo que R\$ 668 milhões terão de ser aportados imediatamente nas concessionárias, que atendem quase 1 milhão de consumidores nos Estados do Acre, Roraima e Rondônia. Pelas propostas vencedoras, as tarifas terão redução de até 3,27%. Sem a presença de outros grupos, Energisa e Oliveira se revezaram nas propostas durante o leilão, realizado na B3. Na Eletroacre, distribuidora que atende 242 mil pessoas no Acre, a Energisa deu seu lance sozinha, já que a Oliveira Energia não havia apresentado as garantias para participar do lote. O mesmo ocorreu na Ceron, que tem 589 mil consumidores em Rondônia.

Os deságios da Energisa vão reduzir as tarifas das duas concessionárias em 3,27%, no Acre, e 1,75%, em Rondônia. No lote da Boa Vista, distribuidora de Roraima, a Energisa não apresentou as garantias necessárias e deixou a Oliveira sozinha na disputa. A empresa, que se associou à Atem (companhia de distribuição de combustível), não deu nenhum deságio e aceitou pagar apenas o valor simbólico de R\$ 45 mil pelas ações da empresa. Nesse caso, a tarifa dos 106 mil consumidores do Estado não terá nenhuma alteração. Modelo. O modelo usado pelo governo para leiloar as distribuidoras da Eletrobras foi bem diferente das licitações usuais. Em vez de valores em reais, os participantes davam lances em índices que levavam em consideração perdas não técnicas (furtos e fraudes), custos operacionais e dívidas.

As ofertas representavam a disposição que cada empresa tinha para flexibilizar esses itens. Isso porque as distribuidoras são altamente deficitárias e precisavam de algum atrativo para serem vendidas. “O sucesso desse leilão é o resultado de uma boa regulação e de uma boa modelagem”, afirmou o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira. Ele destacou que a privatização das três distribuidoras vai transferir da Eletrobras para os vencedores R\$ 2,8 bilhões em passivos, aliviando o balanço da estatal. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., lembrou que, com o leilão de ontem, a empresa se desfez de cinco distribuidoras de 2016 para cá.

Além do leilão de ontem, a Celg (Goiás) foi privatizada em 2016 e a Cepisa (Piauí), no mês passado. Faltam ainda Amazonas Energia e Ceal (Alagoas), que o governo pretende leiloar nos próximos meses. “Estamos avançando num problema gravíssimo que é essa discriminação odiosa que o sistema elétrico estava impondo aos consumidores”, afirmou **o ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco**, referindo-se ao fato de a população do Norte pagar uma tarifa mais alta e ter uma energia de baixa qualidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Denise Luna, Do Rio

Título: Leilão previsto para hoje é suspenso

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, desembargador André Fontes, suspendeu ontem o leilão para compra de energia a partir de 2024, marcado para hoje. Na decisão, Fontes atendeu ao pedido de liminar da Evolution Power Partners, que não foi habilitada ao leilão pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A companhia pretendia participar com a usina termoelétrica GPE Bahia I, mas foi impedida pela EPE, que alegou divergências de informações. O presidente do TRF-2 justificou ainda que o adiamento não trará prejuízos por tratar de projetos ainda a serem construídos. O governo pode recorrer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta, de Brasília

Título: Planalto celebra com festa e bolo

Com a venda de três distribuidoras de energia da Eletrobras, chegou a cem o total de projetos leiloados no governo Michel Temer. A marca será celebrada hoje, com direito a bolo, no Palácio do Planalto, onde ficam os técnicos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Os leilões geraram R\$ 43 bilhões em outorgas (pagamento pelo direito de explorar bem público) e mobilizaram investimentos de R\$ 153,9 bilhões, segundo o secretário de Coordenação de Projetos do PPI, Tarcísio Freitas. O governo deve publicar hoje o edital de sua primeira Parceria Público-Privada. Trata-se de um novo sistema de comunicação do controle de tráfego aéreo. O Planalto quer leiloar em novembro seu primeiro lote de estradas, a Rodovia de Integração do Sul.

O secretário diz que o governo quer leiloar, em dezembro, a Ferrovia Norte- Sul, apesar de o cronograma estar ameaçado por restrições do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Porém, o secretário garante que os pontos de dúvida já foram discutidos com o ministro relator do caso no TCU, Bruno Dantas. A expectativa é que os estudos para a concessão sejam aprovados na sessão do dia 13 de setembro. Com isso, será possível publicar o edital e marcar a data do leilão, diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: 'Novata' pode disputar estatal do Amazonas

Vencedor do leilão de privatização da distribuidora Boa Vista Energia, o grupo Oliveira é especialista em geração. A empresa detém hoje 600 megawatts (MW) de energia instalada e está construindo 42 usinas no Amazonas para atender o interior do Estado. Na internet, a empresa informa que atende mais de “2 milhões de pessoas por meio da locação de usinas térmicas de energia para a Eletrobras Boa Vista e a Eletrobras Amazonas Energia”. “A distribuição não é coisa de outro mundo. O que não sabemos hoje vamos saber bem rápido. E também podemos contratar pessoas com capacidade técnica, que nos ajudem a resolver qualquer problema”, afirmou o presidente do grupo Oliveira, Orsini Oliveira.

Após conquistar a distribuidora Boa Vista Energia, em lance sem outorga ou deságio, ele afirmou que avalia a possibilidade de disputar a aquisição de outra distribuidora da Eletrobras, a Amazonas Energia. Ele disse que a empresa e a sócia A tem (distribuidora de combustíveis) estão se preparando há algum tempo para os leilões das duas empresas. “Mas vamos deixar o cenário mais seguro para tomar a decisão final”, disse, numa referência ao fato de que o

leilão da distribuidora, marcado para 26 de setembro, pode ser influenciado por um projeto de lei que atualmente está em tramitação no Senado. / R.P., L.C. e F.G.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/08/2018

Seção: Economia

Autor: Antonio Temóteo

Título: Eletrobras vende três

Em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Eletrobras vendeu três distribuidoras de energia que mantinha na região Norte. A Eletroacre (AC) e a Ceron (RO) foram compradas pela Energisa e Boa Vista Energia (RR) arrematada pelo grupo Oliveira Energia.

O valor simbólico de venda, de R\$ 50 mil por empresa, será pago à Eletrobras. As vencedoras do leilão terão de fazer aumentos de capital nas distribuidoras. No caso da Eletroacre, de R\$ 238,8 milhões, na Ceron, de R\$ 253,8 milhões; e na Boa Vista, de R\$ 176 milhões.

Os leilões realizados se somam aos da Cepisa, do Piauí, vendida para Equatorial, em julho. Além das três distribuidoras já negociadas, a Eletrobras tenta se desfazer da Amazonas Energia e da Ceal (AL).

No caso da companhia do Norte, o processo de venda foi adiado para 26 de setembro, devido à dificuldade de o governo de conseguir o aval do Congresso Nacional para aprovar um projeto de lei que transfere uma dívida bilionária das distribuidoras à conta de luz do consumidor.

Segundo Thais Prandini, diretora executiva da consultoria Thymos Energia, o resultado do leilão foi um sucesso e faz parte da estratégia do governo de melhorar a qualidade do serviço prestado à população e tornar o setor mais competitivo. Segundo ela, os investidores terão de fazer aportes robustos nas operações para cumprir as exigências contratuais, o que favorecerá os brasileiros.

Thais alertou que sem a aprovação do Legislativo, a venda da Amazonas Energia deve ser inviabilizada. “Os desafios são significativos para os próximos meses. Já foram leiloadas quatro distribuidoras, mas as seguintes dependem da aprovação do projeto de lei no Congresso. Apesar das dificuldades, o governo tem dado passos importantes e cumprido o seu papel”, comentou.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou após o leilão que o governo se empenhará para conseguir o avanço do projeto. “Há um esforço de consenso e razoabilidade e um entendimento de que não é possível que esse apartheid energético permaneça nesses dois casos”, afirmou.

Segundo Moreira Franco, a expectativa é de que o projeto de lei das distribuidoras tenha solução assim que chegar ao Senado. Ele explicou que o Executivo trabalha para criar condições de o custo final da energia à população ser cada vez mais justo. “O que não nos falta é perseverança para fazer com que esse programa seja concluído”, disse.

Apesar da fragilidade política do governo, Moreira Franco afirmou que muitos projetos foram tirados do papel “e acredito que até o último dia será feito ainda mais”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner e André Ramalho | Do Rio

Título: Preço do diesel na refinaria sobe hoje, e mercado estima alta de 10% a 13%

A partir de hoje começam a valer os novos preços de comercialização do diesel no Brasil. Ontem à noite, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) corria contra o tempo para fechar os novos valores máximos que a Petrobras, e os demais produtores e importadores de derivados, podem cobrar das distribuidoras pelo litro do combustível, se quiserem ser ressarcidos pelo programa de subsídios nos preços do diesel.

Até o fechamento desta edição, os números ainda não haviam sido divulgados. Em meio à desvalorização do real frente ao dólar nas últimas semanas, a expectativa do mercado era de alta nos preços de comercialização do diesel, que serve como base para o valor fixado para venda em cinco regiões do país. O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o banco UBS e a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) estimavam um aumento de 10% a 13%, dependendo da região. Os preços são definidos para as regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte (exceto Tocantins), Nordeste (incluindo Tocantins).

A projeção de Adriano Pires, economista do CBIE, era de que o preço de comercialização aumentasse entre R\$ 0,22 e R\$ 0,27 por litro, sendo o menor aumento no Sudeste e os maiores reajustes nas regiões Centro-Oeste e Norte. Este não é, contudo, o preço do diesel que será pago pelo consumidor final. As

margens das distribuidoras e dos postos revendedores são livres e os reajustes podem ser parcialmente ou integralmente repassados, de acordo com a estratégia de cada empresa.

Com o aumento, os preços do litro de diesel vendido nas refinarias da Petrobras devem se aproximar daqueles praticados antes do congelamento dos preços, durante a greve dos caminhoneiros. Os valores praticados pela estatal e demais refinadores e importadores estavam congelados desde 1º de junho em R\$ 2,0316, na média. Nas contas do CBIE podem ser reajustados para entre R\$ 2,2516 e R\$ 2,3016 na média, muito próximo dos preços praticados antes de a estatal anunciar um desconto de 10% nos preços, dia 23 de maio, na tentativa de viabilizar um acordo entre governo e caminhoneiros.

Para efeitos de comparação, no 23 de maio, último dia de preço não controlado, antes de a Petrobras anunciar o corte de seus preços, o valor médio praticado nas refinarias da Petrobras era de R\$ 2,3351 por litro de diesel.

O maior responsável pelo aumento dos preços de comercialização do diesel é o dólar, que esteve acima de R\$ 4 nas últimas semanas. Quando anunciou o programa de subvenção dia 31 de maio, para encerrar a greve dos caminhoneiros, o governo disse que manteria os preços congelados por dois meses. Depois disso os preços de comercialização seriam revisados mensalmente, até o fim do ano. Em agosto, contudo, se optou por estender o congelamento por mais 30 dias.

O aumento do preço de comercialização acompanha também a nova fórmula para fixação dos preços de referência do diesel. A nova tabela considera a paridade de importação considerando variações no mercado internacional e outros custos internos. O preço final válido para setembro, ou preço de comercialização, é o preço de referência (PR) do qual são deduzidos R\$ 0,30 de subsídio. O cálculo da PR mudou. Uma nova fórmula considera indicadores para a paridade de importação baseados em levantamento da Argus Media, e não mais da Platts.

A Argus informa quanto as empresas estariam recebendo pelo litro do diesel importado em diferentes portos, em condições de mercado, sem o programa de subvenção. A nova fórmula, que também incluiu custos de movimentação, armazenagem e de logística para internalização dos produtos, foi criticada por agentes, que enxergaram preços abaixo dos de mercado.

Pelas regras do programa, produtores e importadores de diesel são ressarcidos pelo diferencial entre o preço de referência e o preço de comercialização. O que ultrapassar o subsídio de R\$ 0,30 é contabilizado em uma conta gráfica e

adicionado ao preço de outubro. O Brasil importa hoje 25% do diesel que consome, segundo Pires.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel vê risco elevado de atraso em novas usinas

Um problema antigo do setor elétrico tem passado despercebido por causa da queda demanda nos últimos anos e pela discussão em curso sobre o risco hidrológico (GSF): o atraso na construção de empreendimentos de geração de energia elétrica. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), dos 25 mil megawatts (MW) de capacidade instalada de novas usinas contratadas para entrar em operação de 2018 a 2023, 27% (6,8 mil MW) estão com sinalização "amarela", ou seja, com possibilidade de atraso, e 20% (5 mil MW) estão com sinal "vermelho", ou seja, graves restrições para a entrada em operação.

O período 2020-2021, quando a capacidade instalada apenas de projetos com sinalização "amarela" pode alcançar mais de metade do total previsto para entrar em operação, é o mais preocupante.

No grupo vermelho, o principal empreendimento sem perspectivas de entrada em operação é o da usina nuclear de Angra 3, de 1.405 MW e que sozinha responde por quase um terço da capacidade instalada de projetos em situação mais grave. Completam a lista 1,4 mil MW de outras térmicas, 1,4 mil MW de hidrelétricas de pequeno (PCH) e médio portes, 613 MW de parques eólicos e 54 MW de usinas solares.

Para 2018, a situação é bem mais confortável. Nos primeiros sete meses do ano, entraram em operação 3.087 MW de usinas. E, até o fim do ano, a expectativa da Aneel é que todos os 2.475 MW de potência instalada previstos estejam conectados ao Sistema Interligado Nacional.

De acordo com dados da consultoria PSR, no ano passado, entraram em operação 90% da oferta prevista. Em 2016, houve atraso médio de 11% em relação à previsão original.

Segundo os técnicos da PSR, o nível de atraso diminuiu em relação ao passado. Para eles, a redução do tempo de atraso de implantação de usinas deve-se a um aumento do rigor da fiscalização da agência elétrica.

Em 2013, por exemplo, o Plano Mensal de Operação (PMO) de janeiro, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), previu a entrada em operação de 6.500 MW médios de garantia física. Mas, de acordo com a Aneel, entraram em operação 3 mil MW médios durante o ano.

De acordo com informações do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, no primeiro semestre de 2018, entraram em operação 2.948,9 MW de capacidade instalada de geração e 2.758 km de linhas de transmissão no país.

Segundo o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, o risco de qualquer déficit de energia em 2018 é igual a 0,3% para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal, e zero para o subsistema Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Eletrobras tem êxito em venda de distribuidoras

O governo obteve novo resultado positivo no setor elétrico ao licitar, com sucesso, as distribuidoras da Eletrobras no Acre, Rondônia e Roraima. As concessionárias, atualmente deficitárias e com diversos problemas na qualidade dos serviços prestados, deverão receber mais de R\$ 2 bilhões em investimentos nos próximos anos.

A Energisa, empresa controlada pela família Botelho e concessionária de distribuição em Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, entre outras regiões do país, arrematou as concessões da Eletroacre e da Ceron, de Rondônia. Nos dois casos, a companhia foi a única ofertante.

A Boa Vista Energia, de Roraima, recebeu seu único lance por um consórcio formado pela Oliveira Energia, especializada na geração de energia nos sistemas isolados, com 60% de participação, em parceria com a Atem, distribuidora de combustíveis localizada no Amazonas.

Vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, as distribuidoras receberão investimentos pesados nos próximos anos na melhoria da qualidade do serviço. De saída, a Energisa fará, cumprindo obrigações do edital, capitalizações de R\$ 253 milhões na Ceron e de R\$ 238,8 milhões na Eletroacre. Ao longo dos próximos cinco anos, serão investidos mais R\$ 712 milhões na empresa de Rondônia e R\$ 607,1 milhões na do Acre.

A Boa Vista, distribuidora do único Estado do país não conectado ao Sistema Interligado Nacional - e dependente da energia de geradores a diesel e de importação da Venezuela -, vai receber uma capitalização de R\$ 110 milhões. Ao longo dos próximos cinco anos, a Oliveira Energia deverá investir R\$ 212,3 milhões na empresa. Segundo Orsine Oliveira, presidente da companhia, serão usados recursos próprios para isso.

Até o momento, a Eletrobras já conseguiu vender cinco distribuidoras. Em 2016, foi vendida a Celg Distribuição (Celg D). Mês passado, foi a vez da Cepisa, do Piauí. "Estamos passando as três empresas para as mãos de quem é capaz de operá-las de forma muito competente", disse Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, em entrevista coletiva concedida depois do certame.

Representantes do governo e da Eletrobras presentes no leilão comemoraram o resultado, que, além de possibilitar os investimentos na melhoria do serviço, vai trazer reduções nas tarifas de energia do Acre e de Rondônia. André Pepitone, diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disse que o leilão foi "o sucesso do sucesso". Primeiro, pela dificuldade em se conseguir finalmente marcar o certame. E segundo, pelo fato de que as três concessionárias receberam ofertas. "Conseguimos com êxito licitar as distribuidoras, com potencial concreto de gerar grande vantagem aos consumidores de energia, inclusive tarifárias", disse.

Até o momento, a Eletrobras já conseguiu vender cinco distribuidoras, de um total de sete empresas

No caso da Ceron, a tarifa será reduzida em 1,75%. A Eletroacre, por sua vez, terá o custo de energia 3,27% menor. Haverá o desconto na tarifa porque a Energisa, que arrematou as duas empresas, ofereceu deságios em relação às flexibilizações tarifárias das duas concessionárias que tinham sido aprovadas pela Aneel para garantir a atratividade das empresas no leilão.

Para operar as distribuidoras, a Eletrobras contou com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), fundo setorial pago por todos os consumidores. Esse montante foi cedido a caráter de empréstimo, e deverá ser pago pelos novos donos. Na flexibilização tarifária, contudo, a Aneel permitiu que parte desses empréstimos tivessem cobertura tarifária, reduzindo o ônus ao novo dono. Para vencer o leilão, o investidor poderia abrir mão disso.

A Eletroacre tinha uma dívida de R\$ 169,2 milhões com a RGR que seria reembolsada via tarifa de energia, além de despesas operacionais e uma meta mais flexível para redução das perdas de energia por furto. Ao oferecer um índice de 31%, a Energisa abriu mão de 31% dessas coberturas tarifárias da Eletroacre. Ou seja, vai ter direito a R\$ 116,7 milhões em cobertura tarifária dos

empréstimos de RGR, e menor ressarcimento de despesas operacionais e redução nas perdas.

A Ceron tinha uma dívida de R\$ 525,3 milhões com a RGR que seria reembolsada via tarifa de energia. A Energisa ofereceu 21%, o que significa que abriu mão desse percentual da cobertura tarifária. Ou seja, vai ter direito a receber R\$ 415 milhões via tarifa referente a dívidas de RGR.

A Boa Vista Energia não terá redução tarifária imediata, uma vez que a empresa que venceu o leilão, a Oliveira Energia, não ofereceu desconto em relação à flexibilização tarifária que tinha sido aprovada pela Aneel para melhorar a atratividade dos ativos.

Entrante no segmento de distribuição, Orsine Oliveira disse que foram escolhidos "por Deus" para operar a concessão de Roraima. "Nossa missão é levar energia de qualidade ao povo sofrido de Roraima", afirmou.

A companhia não tem experiência no segmento de distribuição de energia, mas pretende se cercar de especialistas e investir "o mais rapidamente possível" na concessão, para capturar as melhorias em uma revisão tarifária extraordinária. Segundo o ex-presidente de Furnas, Flávio Decat, que está trabalhando junto com o consórcio, a ideia é que a RTE seja feita já em 2020.

A Oliveira Energia tem interesse também na concessão da Amazonas Energia, que deve ser objeto de um leilão marcado para 26 de setembro.

Ricardo Botelho, presidente da Energisa descartou participar do próximo certame. A companhia disse que avaliaria a Ceal, de Alagoas, dependendo da decisão da Justiça. Atualmente, o leilão está suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Pelas regras do edital, como arrematou a Eletroacre, a Energisa terá direito a participar de uma eventual etapa viva-voz da Ceal mesmo se sua oferta não tiver dentro dos limites mínimos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Talita Moreira | De São Paulo

Título: Renegociação de Santo Antônio deve prosseguir

Credores da Santo Antônio Energia (Saesa) consideram que há condições para levar adiante a reestruturação de uma dívida de R\$ 10 bilhões com o BNDES,

apesar dos desentendimentos entre os acionistas da companhia, apurou o **Valor**.

A leitura dos bancos é que a assembleia de acionistas da Madeira Energia (Mesa) - controladora da Santo Antônio - foi válida, embora a decisão não tenha sido unânime. Com isso, a expectativa é que a renegociação possa ser concluída em cerca de 15 dias.

Na terça-feira, os sócios aprovaram a conversão de uma dívida de cerca de R\$ 1 bilhão em capital da Santo Antônio. Esse passo era uma exigência do BNDES para prosseguir com a renegociação. Porém, a assembleia foi marcada por protestos e objeção de Cemig e Andrade Gutierrez, que serão diluídos nesse processo.

De acordo com fontes próximas aos credores, o resultado da assembleia não foi o ideal, já que não houve unanimidade, mas é suficiente para fazer a reestruturação da dívida. Essa visão teria sido manifestada pelo BNDES em teleconferência com os bancos na tarde de ontem. Nova conversa entre os credores está prevista para hoje.

Quem detém o crédito de R\$ 1 bilhão a ser convertido são Furnas, Odebrecht Energia e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS) - três dos cinco acionistas da usina. Como detêm 77,6% do capital, conseguiram aprovar a capitalização na assembleia.

Um executivo de banco não descarta a possibilidade de o caso ser levado à Justiça. No entanto, considera que o mais provável é Cemig e Andrade cederem. As empresas são garantidoras de dívidas da Santo Antônio Energia e, portanto, um eventual calote da usina implicaria todos os sócios. Se a reestruturação for concluída, a empresa se torna solvente e fica mais fácil encontrar um comprador, acrescenta essa fonte.

O que está em jogo é a renegociação de uma dívida de R\$ 10 bilhões com BNDES. Parte desse volume se refere a crédito direto do banco de fomento e o restante foi distribuído à empresa por meio de agentes repassadores - Santander, Bradesco, Itaú Unibanco, BES Investimento [hoje Haitong], Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

A proposta dos credores prevê carência parcial dos juros até 2025 e o alongamento do prazo final da dívida de 2034 para 2040. Também estão previstos a substituição da TJLP pela TLP como indexador e a redução do spread adicional de 2,4% para 1,5%, no caso do BNDES, e de 3,3% para 1,4% para os bancos repassadores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Avança negociação entre Aliança e Renova**

A Aliança Geração de Energia avançou na negociação para compra do projeto eólico Alto Sertão III, que pertence à Renova Energia. A Aliança, sociedade entre Vale e Cemig, pode assinar um acordo de compra e venda (SPA, na sigla em inglês) com a companhia nas primeiras semanas de setembro, conforme uma fonte próxima à negociação. A empresa compete com New Energy e AES Tietê na negociação do ativo.

O preço será "bem abaixo" dos R\$ 650 milhões propostos à Renova pela Brookfield no início do ano, afirmou a fonte. "O projeto ainda precisa de investimentos e a Renova ficou muito tempo em negociação exclusiva com a Brookfield, período em que o que já estava feito sofre depreciação", diz esse executivo.

A Cemig está nas duas pontas, já que é também controladora da Renova. Como o **Valor** reportou em julho, a Vale estava resistente à aquisição pela Aliança pelo volume de investimento necessário, para a aquisição e para concluir o projeto. A mudança de patamar de preço teria sido determinante para o avanço das negociações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Petróleo contorna dólar forte e sobe no mês**

Os diferentes sinais recebidos pelos casos de disputa comercial dos Estados Unidos com outros países, em especial a China, foram um grande ponto de pressão sobre as commodities industriais durante todo o mês. O dólar subiu durante boa parte de agosto, mas perdeu força recentemente. Historicamente, a alta da moeda americana derruba os preços das matérias-primas dolarizadas.

Nas últimas duas semanas, o sinal de que americanos e chineses começaram a negociar a disputa no comércio exterior e o rascunho de acordo com o México para substituir o Nafta - Tratado de Livre Comércio da América do Norte -, que

está sob revisão, reverteram a tendência. Até ontem, o dólar subia apenas cerca de 0,2% ante as principais moedas internacionais.

O petróleo, em grande parte, se descolou de outras commodities industriais. A princípio, o mercado apostava em falta de oferta com o início dos embargos ao Irã, tirando o país rapidamente do mercado mundial. Dados mais recentes, da semana passada, confirmaram ainda que os estoques americanos estão abaixo das projeções, dando mais impulso ao preço do barril.

O segundo contrato do Brent, com vencimento em novembro, subiu 4,8% neste mês até ontem, chegando a US\$ 78,02. O WTI para entrega no mesmo mês teve alta de 4,1%, para US\$ 69,81.

"O embargo ao Irã é o grande coringa incontrolável do mercado de petróleo", opina o banco suíço Julius Baer, que aposta em uma escalada no confronto até sanções serem impostas. "Mas o crescimento mais devagar da demanda também tem se tornado tópico-chave de discussão... Graças ao aumento de produção, a essa perda de ritmo da demanda e à falta de apoio total às exigências dos EUA, não haverá grandes efeitos do Irã sobre o mercado."

O arrefecimento da alta do dólar, por outro lado, não ajudou a aliviar o recuo do minério de ferro e dos metais não ferrosos.

Os preços do minério com teor médio de 62% de ferro entregue no porto chinês de Qingdao recuaram 3,4% até ontem em agosto, para US\$ 65,87 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

Para a consultoria Capital Economics, a queda reflete a expectativa de prosseguimento da desaceleração dos investimentos em infraestrutura na China, maior consumidora do insumo no mundo, e a falta de estímulos do governo para recuperá-los. Segundo a instituição, a política fiscal chinesa tem sido mais ativa, mas ainda relutante em permitir expansão do crédito.

O minério também ficou mais barato porque, pelo que aposta o mercado, em breve será menos consumido por outro motivo: o ambiental. Pelo segundo ano seguido, a China vai desligar temporariamente parte de sua capacidade siderúrgica para controlar a poluição em grandes centros urbanos. Há uma tendência de que os cortes sejam maiores em 2018 do que em 2017.

Enquanto isso não ocorre, as fabricantes de aço aceleraram o ritmo de produção em julho. De acordo com a Worldsteel Association, os chineses produziram 7,2% mais aço bruto no mês passado, em comparação anual.

"A redução de capacidade disponível obscurece a perspectiva de curto prazo para o minério e o aço", escreve o banco Julius Baer em nota. Por enquanto,

contudo, a corrida é para fabricar o máximo possível e se beneficiar de uma alta rentabilidade.

Por outro lado, a divisa americana seguiu o caminho do começo do mês de disparada sobre emergentes. Ante o real, o dólar se fortaleceu tanto que, apesar de o minério, que é cotado em moeda americana, estar em queda no período, quando convertido em reais há uma forte alta. A valorização foi de 7,6% no mês, para R\$ 275,42, segundo a conversão pelo dólar Ptax, do Banco Central. A performance beneficia a brasileira Vale, maior produtora internacional.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), apenas o alumínio mostrou alta durante agosto. Os outros principais metais não ferrosos acompanharam exatamente o movimento do dólar, mas de maneira inversa, caindo fortemente ao longo do período até que a valorização da moeda americana perdeu fôlego.

Os contratos futuros de três meses do cobre recuam 2,7% até ontem, para US\$ 6.066 a tonelada, enquanto o níquel recua 4,4%, para US\$ 13.285, e o zinco tem queda de 4,5%, para US\$ 2.467,50. Já o alumínio ganha 2,7%, atingindo US\$ 2.132.

Um dos grandes motivos para o alumínio ter sido o ponto fora da curva na LME foi o aumento de seu custo de produção. No começo do ano, a paralisação de metade da Alunorte, maior refinaria de alumina do mundo, já havia causado falta do material e sua consequente valorização.

A alumina é o elo de ligação dessa cadeia, meio do caminho entre a bauxita e o alumínio metálico.

Agora, paradas para manutenção e greves na Austrália impulsionam ainda mais o preço da matéria-prima e de seu produto final, diz o Commerzbank.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Engie e GV Energy

A Engie concluiu a aquisição da GV Energy, consultoria especializada na área de gestão de energia do Brasil. Com o negócio, o grupo franco-belga passa a atuar na gestão de risco e contratos de suprimento de energia, custos associados à transmissão e distribuição de energia e plataformas digitais de gestão. A Engie atua também no planejamento energético, orçamento, planejamento de suprimentos em energia, consultoria econômico-financeira e regulatória em projetos de autoprodução de energia e sistemas de gestão. De acordo com a Engie, a GV Energy é líder em seu segmento, com participação de mercado de cerca de 15%. A GV Energy administra R\$ 5,5 bilhões em contratos de energia ao ano e tem cerca de 370 clientes - para os quais faz gestão e monitoramento em 25 mil pontos de fornecimento de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Equinor projeta quintuplicar a produção no Brasil até 2030

A Equinor (ex-Statoil) prevê aumentar em até cinco vezes a sua produção de óleo e gás no Brasil e produzir até 500 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) no país em 2030. A empresa norueguesa pretende investir, ao todo, cerca de US\$ 15 bilhões até o fim da próxima década no mercado brasileiro.

A petroleira produz atualmente no país cerca de 100 mil barris/dia, nos campos de Peregrino e Roncador, ambos na Bacia de Campos, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de junho.

"Temos um portfólio com potencial para produzir entre 300 mil e 500 mil barris de óleo equivalente por dia em 2030, dependendo do faseamento dos projetos e do sucesso exploratório", afirmou o vice-presidente executivo de desenvolvimento e produção da Equinor no Brasil, Anders Opedal, durante participação, nesta semana, no evento ONS (do inglês Offshore Northern Seas), na cidade de Stavanger, na Noruega.

Na exploração, a Equinor pretende perfurar até cinco poços de "alto impacto" nas bacias de Campos e Santos, com potencial comparável às descobertas gigantes da costa norueguesa da década de 1970 e 1980, segundo a companhia.

Desde o ano passado, a companhia adquiriu sete blocos exploratórios nos leilões da ANP. Só este ano, já se comprometeu a pagar cerca de R\$ 1,8 bilhão em bônus de assinatura, na 4ª Rodada de partilha do pré-sal e na 15ª Rodada de

concessões. Ao todo, a norueguesa detém participação em 17 blocos exploratórios, concentradas nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo.

O portfólio de ativos operacionais da Equinor no Brasil inclui uma participação de 60% no campo de Peregrino, que deverá entrar em sua segunda fase de produção em 2020, e uma fatia de 25% no campo de Roncador, operado pela Petrobras.

Além disso, a empresa possui 40% da área de Carcará (Bacia de Santos) e 35% de Pão de Açúcar (Bacia de Campos), ambos localizados no pré-sal e que estão previstos para entrar em produção a partir da próxima década.

Segundo a Equinor, além da produção de petróleo, a companhia quer crescer nos setores de energias renováveis e gás natural. Em 2017, a empresa adquiriu 43,75% do projeto de energia solar de Apodi, em fase de construção no Ceará.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usina Rio Pardo obtém na Justiça proteção contra execução de dívida

A Usina Rio Pardo, localizada em Cerqueira César (SP), conseguiu obter na Justiça proteção contra pedidos de execução de seus credores para uma dívida de R\$ 505,8 milhões, após ter seu pedido de recuperação judicial negado em primeira instância. O desembargador Grava Brazil, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), acolheu na quarta-feira o recurso da companhia que antecipou os efeitos da recuperação judicial até que o processo seja homologado pelo juiz de primeira instância.

A companhia entrou com pedido de recuperação judicial na 1ª Vara Cível de Cerqueira César em 10 de agosto. Mas, no dia 24, o juiz Jair Antonio Pena Junior não acolheu o pedido alegando não ter competência para o julgamento da recuperação. Em recurso, a usina alegou que a recusa a jogava em um "limbo jurídico", já que eventuais pagamentos que fizesse a algum credor naquele momento poderiam ser considerados crime de favorecimento de credores ou violação do princípio da igualdade de tratamento entre credores.

Antes de pedir recuperação judicial, os acionistas da Rio Pardo chegaram a negociar a venda da usina para a Raízen Energia, que tem outras unidades na região. As discussões, porém, travaram na segunda metade de agosto, pois não se chegou a um consenso sobre o pagamento e diante da falta de alguns

documentos para a realização da venda, segundo uma fonte a par do assunto. Entre os acionistas estão membros da família Zogbi.

A usina já vinha sendo alvo de pedidos de falência na Justiça. Em seu pedido de recuperação judicial, a Rio Pardo atribui a incapacidade de pagar suas dívidas à crise financeira de 2008, à política ambígua do governo federal que controlou o preço dos combustíveis e incentivou a construção de usinas, e a uma geada de alta intensidade na safra 2016/17, que atingiu quase 25% de seu canavial e comprometeu as safras seguintes.

O pedido menciona que, para não arcar com prejuízos maiores, a Usina Rio Pardo teve que vender sua produção a valores abaixo de seus custos e passou por um processo de alavancagem.

A companhia também responsabiliza essa conjuntura pela decisão tomada pela holding Rio Pardo Participações de oferecer 100% das ações que detém na Usina Rio Pardo em alienação fiduciária e como garantia ao empréstimo contratado com o BNDES em 2009, quando foi construída.

A unidade tem capacidade de processar 2,3 milhões de toneladas de cana por safra e de produzir até 140 mil toneladas de açúcar VHP e 90 milhões de litros de etanol hidratado. A usina tem uma área de colheita própria de 17 mil hectares. Atualmente, emprega mais de 1.100 trabalhadores e tem mais de 900 credores.

MME / ASCOM .